

Relatório de Avaliação dos Resultados da Gestão



Unidade Auditada: IF GOIANO

Exercício: 2014

Processo:

Município: Goiânia - GO

Relatório nº: 201411548

UCI Executora: CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DE GOIÁS

Análise Gerencial

Chefe,

Por meio deste relatório, apresentam-se os resultados do trabalho de Avaliação dos Resultados da Gestão no IF GOIANO realizado de acordo com os preceitos contidos na Ordem de Serviço n.º 201411548 e em atendimento ao inciso II do Art. 74, da Constituição Federal de 1988, de acordo com o qual cabe ao Sistema de Controle Interno: “comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal”.

1. Introdução

Os trabalhos foram realizados na Sede do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano), e nos respectivos campi de Iporá, Morrinhos e Rio Verde, de forma compartilhada com a Unidade de Auditoria Interna da Entidade, especificamente com a participação do Auditor Geral, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao serviço público federal, objetivando o acompanhamento preventivo dos atos e fatos de gestão ocorridos no período de abrangência do trabalho de 1º/01/2014 a 31/12/2014.

Nenhuma restrição foi imposta aos nossos exames, cujo objetivo central consistiu em avaliar a gestão, a organização e os resultados das atividades de ensino, pesquisa, extensão dos docentes do ensino básico, técnico e tecnológico das instituições federais de educação, com base nas diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação e na legislação vigente, especificamente: Decreto nº 1.590, de 10/08/1995, Lei nº 9.394, de 20/12/1996, Lei nº 10.973, 2/12/2004, Lei nº 11.784, de 22/9/2008, Lei nº 11.892, de



29/12/2008, Termo “Acordo de Metas e Compromissos”/2010 (TAM), Lei nº 12.513, de 26/10/2011, Lei nº 12.527, de 18/11/2011, Decreto nº 7.724, de 16/05/2012, Lei nº 12.677, de 25/06/2012 e Resolução CNE nº 6, de 20/9/2012.

2. Resultados dos trabalhos

A abordagem adotada pela CGU-R/GO buscou responder a quatro questões de auditoria. As respostas a elas são, de modo geral, a consolidação das informações e das constatações contidas neste Relatório. No caso das respostas sem relação direta à constatação e à informação registradas, ressalta-se que os seus conteúdos se baseiam nas evidências oriundas da análise dentro da metodologia de trabalho adotada. Apenas foi uma opção de não tornar o relatório repetitivo com informações simples já abordadas nas respostas às questões de auditoria.

2.1 Avaliação da gestão das atividades de ensino, pesquisa e extensão no IF Goiano.

Neste item a auditoria teve como objetivo avaliar a gestão, a organização e os resultados das atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas dos docentes do ensino básico, técnico e tecnológico do IF Goiano. A equipe de auditoria utilizou-se dos seguintes parâmetros normativos para aquela avaliação: (a) Lei 11.892/2008, que reorganiza a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e define os objetivos básicos da Rede, (b) três metas de desempenho operacional, estabelecidas entre o Ministério da Educação (MEC) e cada instituição de ensino no termo “Acordo de Metas e Compromissos” (TAM); e (c) normativos que disciplinam as diretrizes de atuação dos docentes - Decreto nº 94.664, de 23/7/1987, Lei nº 9.394, de 20/12/1996, Decreto nº 1.590, de 10/08/1995, Lei nº 11.784, de 22/9/2008, Lei nº 12.513, de 26/10/2011, Resolução CNE nº 6, de 20/9/2012, Lei nº 12.772, de 28/12/2012.

A metodologia aplicada consistiu, basicamente, em reuniões exploratórias com os pró-reitores de ensino, pesquisa e extensão e análises de documentos/informações na Reitoria. Por meio do índice "Alunos matriculados em relação à força de trabalho (AFT)" do 2º semestre de 2014, selecionaram-se os Campi de Iporá e Morrinhos com menor resultado neste índice e de Rio Verde, com maior resultado para realizar os testes e as análises auditoriais *in loco*. Nesses campi foram entrevistados os respectivos diretores de ensino, de pesquisa e de extensão, coordenadores do curso de química e 5 professores (15 na soma dos 3 campi) com jornada de dedicação exclusiva ou de 40h e que não estivessem ocupando Cargo de Direção ou Função Gratificada (CD/FG) e em licenças/afastamentos diversos.

Como resultados do trabalho auditorial, constatou-se uma falha que carece de medidas corretivas:

- 1) As metas 3 - Alunos matriculados em relação à força de trabalho, 14 - Pesquisa e Inovação, e 15 - Projetos de Ação Social, acordadas no Termo “Acordo de



Metas e Compromissos” (TAM), não são monitoradas e avaliadas sistematicamente pelo IF Goiano.

Ademais, o trabalho se norteou por questões de auditoria que assim, sucintamente, foram respondidas com base nos achados de auditoria constantes do Relatório:

1. O modelo de gestão e organização das atividades docentes está alinhado às diretrizes do MEC?

Com base na análise dos três principais normativos referentes às atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, verificou-se que o modelo de gestão e organização das atividades docentes está parcialmente alinhado às diretrizes do MEC. Os normativos analisados foram: (i) Regulamento de Atividades Docentes (RAD); (ii) Regulamento das Atividades de Pesquisas (RAP); e (iii) Regulamento das Ações de Extensão (RAE).

O intuito da análise desses regulamentos foi buscar, primordialmente, elementos de (i) aderência às diretrizes normatizadas do ensino superior relacionadas a essas áreas, (ii) de critérios quanto à assunção dessas atividades pelos docentes, (iii) e de prestação de contas e/ou transparência das atividades. Apesar dos resultados das análises quanto aos 3 regulamentos não terem sido registrados como constatações neste relatório, o IF Goiano pode fazer a leitura delas com a finalidade de aprimorar e de rediscutir os conteúdos desses normativos em próximas reformulações e alterações.

Seguem os desmembramentos a esta análise desses três normativos nas respostas aos itens 1.1, 1.2 e 1.3. No item 1.4, de forma sucinta, demonstra-se conformidade legal ao quesito analisado.

1.1. A regulamentação das atividades docentes está de acordo com as diretrizes do MEC?

Como mencionado anteriormente, a regulamentação das atividades docentes no IF Goiano se cerca basicamente de 3 normativos referentes às atividades de ensino, de pesquisa e de extensão: (i) Regulamento de Atividades Docentes (RAD); (ii) Regulamento das Atividades de Pesquisas (RAP); e (iii) Regulamento das Ações de Extensão (RAE).

Da análise dos três normativos, constatou-se aderência às diretrizes normatizadas do ensino superior relacionadas a essas áreas de ensino superior.

Quanto ao RAD:

- O RAD foi aprovado pelo Conselho Superior do IF Goiano em 21/02/2014 e tem como objetivo “*estabelecer diretrizes para a gestão das atividades docentes dos servidores pertencentes ao Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao MEC*”.
- As atividades de pesquisas, extensão e administrativas são pontuadas desde que as 8h de sala de aulas estejam garantidas. Portanto, o normativo não permite pontuação nessas outras atividades sem que haja cumprimento das 8h mínimas em sala de aula nos termos da LDB. Ao mesmo tempo possibilita que as 40h sejam apenas em atividades de ensino.



Quanto ao RAP

- O RAP foi aprovado pelo Conselho Superior do IF Goiano por meio da resolução nº 014, de 29/4/2011, e dispõe sobre as normas regulamentadoras das atividades de pesquisa.
- A definição das horas dos docentes destinadas à pesquisa é ratificada no regulamento com o limite de não confrontar as horas mínimas voltadas ao ensino. Assim, o regulamento incentiva a pesquisa e mantém a obrigatoriedade de atendimento à LDB.

Quanto ao RAE

- Aprovado pelo Conselho Superior do IF Goiano por meio da resolução nº 015, de 01/03/2013, e visa orientar a apresentação, tramitação, execução, acompanhamento, avaliação e divulgação das ações de extensão.
- Da mesma forma que o RAP, o normativo se adequa ao cumprimento mínimo das 8h em sala de aula nos termos da LDB.

1.2. Os mecanismos de planejamento, monitoramento e avaliação das atividades docentes são eficazes?

Verificou-se que os instrumentos existentes para planejamento, monitoramento e avaliação das atividades docentes são suficientes para garantir o bom desempenho da gestão, porém podem ser aprimorados.

Quanto ao RAD

- Parametriza as atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas que podem ser, semestralmente, planejadas, por meio do documento Plano de Trabalho (PT), e depois quantificadas pelo Relatório de Atividades (RA).
- Os prazos de entrega do PT e do RA já são definidos no RAD e são coerentes com o período semestral letivo, conforme os artigos 24 e 27. Contudo, o destino dos documentos é diverso. O PT é encaminhado à chefia imediata e o RA à Diretoria ou a equivalente. Não fica evidente qual a Diretoria do campus correlato.
- Há a previsão de registrar no PT as atividades desenvolvidas pelo docente que gerem remuneração complementar. Contudo, o modelo não detém um campo para esse registro.
- Ao considerar que o planejamento deve adotar critérios técnicos e ser exequível, observou-se que não há interface do PT com o RA quanto às atividades planejadas e realizadas. De acordo com a RAD, o PT deve registrar o total de pontos em cada grupo de atividades sem detalhar as atividades que serão comprovadas no RA. Este, por sua vez, detalha as atividades desenvolvidas e respectivas pontuações dentro de cada grupo de atividades. Caso o PT tivesse a mesma estrutura do RA para as atividades desenvolvidas, a consolidação delas seria facilitada, além de ficar evidente o esforço de planejar atividades exequíveis. Uma opção seria o PT e o RA fazerem parte de um documento único de maneira que o primeiro previsse as atividades e respectivas pontuações e o segundo confirmasse ou não sua realização.
- Aplicado no segundo semestre de 2014, o RAD denota boa aceitabilidade pelos docentes nos 5 campi do IF Goiano:



Tabela 01 – Índice de adesão dos docentes ao PT e ao RA no 2º semestre letivo de 2014

Campus do IF Goiano (A)	Quantitativo de professores com atividades docentes no 2º semestre de 2014 (B)	Quantitativo de professores que entregaram o PT (C)	% de adesão de docentes ao PT (D)	Quantitativo de professores que entregaram o RA (E)	% de adesão de docentes ao PT e ao RA (F)
Ceres	84	78	93	67	80
Iporá	63	57	90	16	25
Morrinhos	80	80	100	13	16
Rio Verde	122	88	72	83	68
Urutaí	101	101	100	53	52
Total	450	404	91*	232	48*

Fonte: Ofício nº 097/2015/Reitoria/IF Goiano, de 08/4/2015, entregue em resposta ao item 4 da SA nº 201411548/11.

*Número corresponde a média percentual dos 5 campi.

Quanto ao RAP

- Para registro, os projetos são encaminhados à Diretoria de Pesquisa ou equivalente do campus ao qual o docente faça parte. Embora não fique clara a possibilidade de deferimento desses registros pelas Diretorias, há critérios e condicionantes tácitos quanto ao conteúdo dos projetos no RAP. Os projetos devem atender às reais necessidades do IF, ter continuidade ao longo de um ano e evitar a interrupção da pesquisa em semestres descontínuos.

Quanto ao RAE

- Não há nenhuma linha ou modalidade que atenda claramente a *Meta 15 - Projetos de Ação Social do TAM* quanto a *populações e comunidades em situação de risco*. No anexo II, que traz o modelo de inscrição dos projetos de extensão, poder-se-ia incluir uma linha ou modalidade de apresentação de projetos nessa vertente. Assim, haveria o direcionamento e o incentivo de novos projetos para atender a essa meta.
- As linhas dos projetos de extensão devem seguir os interesses do IF e estar de acordo com as suas atividades de pesquisa e ensino, tais como os descritos no Anexo I do RAE: acessibilidade, artes e patrimônio histórico-cultural, produção animal e vegetal, desenvolvimento industrial, desenvolvimento e inovação tecnológica, desenvolvimento regional, educação de jovens e adultos, desenvolvimento rural e questão agrária, empreendedorismo, esporte e lazer, formação docente, questões ambientais, segurança alimentar, tecnologia da informação.
- A estrutura e os modelos dos projetos já são pré-definidos no artigo 6º e no Anexo II do RAE. Depois de preenchidos, deverão ser protocolizados na Diretoria de Extensão e em seguida encaminhados para a Câmara/Conselho de Extensão que elaborará um parecer técnico de acordo com o §2º do artigo 8º do RAE. O parecer deverá considerar os seguintes aspectos: “I – demonstrar relação com o desenvolvimento do Ensino, Pesquisa e Extensão no IF Goiano; II – estar fundamentado na realidade da região e na função social do IF Goiano; III – ser de interesse na cooperação técnico-científico acadêmica com outras



instituições de Ensino e/ou Pesquisa, assim como para o setor produtivo da região; IV – apresentar viabilidade técnica; V – haver disponibilidade de recursos físicos e financeiros necessários ao Projeto; e VI – existir coerência entre o objetivo/conteúdo programático e a carga horária estabelecida.”

1.3. Há publicidade dos horários das atividades acadêmicas dos docentes?

Os três normativos analisados não explicitam como deve ser realizada a publicidade dos horários das atividades acadêmicas sejam elas de ensino, pesquisa e extensão. Entretanto, o campus de Morrinhos publica em seu *site* institucional os horários das disciplinas em sala de aula de todos os docentes por semestres e no Q-Acadêmico *Web* alunos e pais de alunos podem se consultar os horários das disciplinas.

Agora, voltando-se aos critérios de prestação de contas e/ou transparência das atividades docentes percebeu-se:

Quanto ao RAD:

- Os documentos devem ser utilizados para transparecer as atividades docentes à sociedade. O RAD coloca a regra de que o PT e o RA devem ser publicados no site do IF Goiano, cabendo essa tarefa à Diretoria ou Equivalente.

Quanto ao RAP

- A exigência de 5 elementos de prestação de contas dos projetos desenvolvidos está bem difundida nos artigos 7º, 8º e 9º do RAP.
- Apesar desses cinco elementos de prestação de contas, não há no RAP dispositivos que cobrem a divulgação e a transparência das pesquisas em realização ou realizadas. Para não eliminar quaisquer sinais de exigência de transparência, cita-se novamente a exigência de cadastro e atualização anual das linhas de pesquisa no Diretório dos Grupos de Pesquisas no Brasil que está disponível no site do CNPq. De todo modo, o RAP não preestabelece instrumentos de transparência próprios para os projetos de pesquisas.

Quanto ao RAE

- Sob o prisma da transparência, apenas o artigo 18 registra a obrigação de divulgar os resultados dos projetos por intermédio de publicações técnico-científicas e/ou eventos. Não há previsão de publicidade dos projetos em outros meios como *intranet*, *internet* ou mídia.

1.4. Os professores substitutos estão sendo contratados para atender as necessidades do instituto?

Observou-se que, no exercício de 2014, em regra, os professores substitutos foram contratados com o fim de atender às necessidades da instituição, respeitando o §1º do art. 2 da Lei nº 8.745/93, que restringe esse tipo de contratação para suprir a falta de professor efetivo em razão de vacância do cargo; afastamento ou licença, na forma do regulamento; ou nomeação para ocupar cargo de direção de reitor, vice-reitor, pró-reitor e diretor de Câmpus.



Ainda no tocante às exigências da lei, verificou-se que: (i) houve o processo seletivo simplificado para respaldar as contratações; (ii) o número de professores substitutos não ultrapassou 20% do total de docentes efetivos em exercício na instituição; (iii) e foi respeitado o limite de dois anos para os contratos de professores substitutos.

2. O professor está atuando em sala de aula nas horas dedicadas à interação com os alunos?

A análise se centrou nas respostas e documentos apresentados sobre as atividades acadêmicas de 15 (quinze) docentes de dedicação exclusiva entrevistados, sendo cinco de cada campus visitado: Iporá, Morrinhos e Rio Verde. A seleção dos 15 professores partiu de tabelas fornecidas à equipe em respostas às Solicitações de Auditoria. As tabelas foram preenchidas com informações do 2º semestre de 2014 e seguiram a estrutura do quadro 01 para os três campi:

Quadro 01 - Distribuição de Carga Horária dos Docentes – Câmpus de Iporá, Morrinhos

Mat. SIAPE	Jornada de Trabalho	Lotação/* Situação	Curso Ministrado	Qtde. Horas-Aula em Ensino	Qtde. Horas em Pesquisa	Qtde. Horas em Extensão	Qtde. Horas em Atividades Complementares	Descrição das atividades complementares

Fonte:

Data de Referência: xx/xx/2014.

*Situação: cedidos, liberação total/parcial para capacitação, com Cargo de Direção (CD) ou Função Gratificada (FG), em contrato temporário.

Os critérios de seleção dos professores, em dedicação exclusiva, para entrevistas foram: a menor quantidade de horas em sala de aula em ensino com horas dedicadas em pesquisa e extensão e em atividades complementares, e que pelos menos 1(um) tivesse ministrado cursos ou recebido recursos pelo PRONATEC nos campus de Iporá e Morrinhos. Diferente do critério desses dois campi, no campus de Rio Verde, selecionou-se a menor quantidade de horas em sala de aula em ensino e pelo menos 1 (um) que tivesse ministrado cursos ou recebido recursos pelo PRONATEC, independente se a esses havia horas dedicadas em pesquisa e/ou extensão e/ou em atividades complementares.

As entrevistas, de modo geral, abordaram questões ligadas às atividades de ensino, pesquisa e extensão, às atividades complementares, às utilizações do Q-Acadêmico e ao Regulamento de Atividades Docentes (RAD).

A distribuição dessas quatro atividades considera a carga horária de 40h semanais, que os docentes devem cumprir no mínimo, haja vista serem de dedicação exclusiva. O quadro 02 evidencia, em percentual, como essa carga horária foi distribuída no caso dos 15 docentes entrevistados.

Quadro 02 – Distribuição de carga horária (c.h) semanal entre 4 (quatro) atividades acadêmicas dos 15 professores entrevistados (em %)

Campus	Em Ensino	Em Pesquisa	Em Extensão	Em Atividade Complementares
Iporá	38%	15%	14%	33%
Morrinhos	50%	20%	11%	19%
Rio Verde	17%	58%	4%	21%

Fonte: quadros preparados pelo IF Goiano e enviados em respostas às SA nº 201411548/3 e 201411548/6



Em face dos resultados do quadro 02, observam-se características distintas dos grupos selecionados de professores entrevistados. Há uma concentração maior nas atividades de pesquisas dos cinco professores entrevistados em Rio Verde, 58%, comparada a 17% em atividades de ensino. Nos campi de Iporá e Morrinhos, as atividades dos professores entrevistados se concentraram no ensino. Convergentemente, as horas dedicadas à extensão dos 15 professores são menores nos três campi.

Da análise das respostas das entrevistas dos 15 docentes e dos documentos apresentados por eles e pelos respectivos campi no que se referem às atividades de ensino, pesquisa, extensão, e complementares, bem como do uso do Q-acadêmico Web, chegou-se às seguintes observações:

- 1) Os 15 professores cumprem as 8h mínimas em sala de aula de acordo com os limites da LDB. Dessa quantidade entrevistada, 5 professores têm de 8h a 10h destinadas a disciplinas, 7 de 11h a 20h, e 3 de 21h a 26h;
- 2) Os 15 professores declaram que utilizam o Q-acadêmico Web para troca de materiais e interação com os alunos;
- 3) Os professores demonstraram aderência e aceitabilidade à aplicação do RAD;
- 4) Os 3 professores selecionados que ministraram ou receberam por cursos no PRONATEC em 2013 e 2014 não apresentaram inconsistências dos horários dos cursos no PRONATEC com os horários de sala de aula nos campi respectivos;
- 5) De modo geral, os professores apresentaram documentos que comprovam as atividades complementares;
- 6) Os professores que desenvolviam projetos de pesquisa e extensão demonstraram conhecimento das atividades e apresentaram documentos dos resultados deles. Quanto a esses projetos, a equipe visitou 1 projeto de pesquisa e 2 de extensão no campus de Rio Verde, além de 2 de extensão no campus de Morrinhos.

3. Como ocorre a inserção de projetos de pesquisa, inovação e/ou desenvolvimento tecnológico nas atividades acadêmicas dos docentes?

Os projetos de pesquisa, inovação e/ou desenvolvimento tecnológico seguem, principalmente, as diretrizes do RAP para sua inserção nas atividades acadêmicas.

3.1. Os professores estão desenvolvendo projetos de pesquisa, inovação e/ou desenvolvimento tecnológico?

A Tabela 02, confeccionada com base em dados do IF Goiano, apresenta a quantidade de projetos de pesquisa e inovação desenvolvidos de 2012 a 2014.

Tabela 02 - Quantidade de projetos de pesquisa e inovação desenvolvidos pelo IF Goiano - Exercícios 2012 a 2014

Câmpus	Quant. Projetos de Pesquisa					
	2012	2013	2014	$\Delta\%$ 2013/2012	$\Delta\%$ 2014/2013	Total
Ceres	38	53	64	39%	21%	155
Iporá	13	28	38	115%	36%	79
Morrinhos	25	37	111	48%	200%	173
Rio Verde	161	174	194	8%	11%	529
Urutaí	35	47	60	34%	28%	142
Geral	272	339	467	48,8%	59,2%	1078



Fonte dos dados: IF Goiano

Em termos gerais, a quantidade de projetos cresceu 48,8% de 2012 para 2013 e o percentual continuou se elevando de 2013 para 2014, em 59,2%. O incremento maior em 2013 é do campus de Iporá com 115% e em 2014 do de Morrinhos, de 200%.

3.2. Os alunos participam dos projetos?

De acordo com o gestor, dos 1078 projetos desenvolvidos de 2012 a 2014, 92% contaram com a participação de professores e alunos de diferentes níveis de formação (ensino médio/técnico, tecnólogos, graduandos e pós-graduandos), conforme apresentado na Tabela 02 que se segue:

Tabela 02- Quantidade de projetos de pesquisa e inovação envolvendo professores e alunos de diferentes níveis de formação nos exercícios de 2012 a 2014

Câmpus	Quant. Projetos de Pesquisa					Total
	2012	2013	2014	$\Delta\%$ 2013/2012	$\Delta\%$ 2014/2013	
Ceres	34	45	55	32%	22%	134
Iporá	01	03	01	200%	-67%	5
Morrinhos	24	31	100	29%	222%	155
Rio Verde	161	174	194	8%	11%	529
Urutaí	48	61	64	27%	5%	173
Geral	268	314	414	59,2%	38,6%	996

Fonte dos dados: IF Goiano

3.3. Instituições públicas e privadas atuam em parceria com os institutos no desenvolvimento de projetos?

Em que pese não haver sistemática de acompanhamento dos indicadores da meta 14 do TAM, de 2012 a 2014 houve incremento na quantidade de projetos de pesquisa desenvolvidos em parceria com instituições públicas e privadas, que tenham interface de aplicação com interesse social. A Tabela 03 seguinte apresenta a quantidade de projetos nessa situação, de 2012 a 2014.

Tabela 03 - Quantidade de projetos de pesquisa e inovação em parceria com instituições públicas e privadas que tenham interface com o interesse social nos exercícios de 2012 a 2014

Câmpus	Quant. Projetos de Pesquisa					Total
	2012	2013	2014	$\Delta\%$ 2013/2012	$\Delta\%$ 2014/2013	
Ceres	03	02	04	-33%	100%	9
Iporá	01	09	02	800%	-78	12
Morrinhos	01	06	11	500%	83,33	18
Rio Verde	72	95	116	32%	22%	283
Urutaí	03	02	03	-33%	50%	8
Geral	80	114	136	253,2	35,46	330

Fonte dos dados: IF Goiano

4. Como ocorre a inserção de projetos de extensão nas atividades acadêmicas dos docentes?



Os projetos de extensão seguem, principalmente, as diretrizes do RAE para sua inserção nas atividades acadêmicas.

4.1. Os professores estão desenvolvendo projetos de extensão?

A Tabela 04, confeccionada com base em dados do IF Goiano, apresenta a quantidade de projetos de extensão desenvolvidos de 2012 a 2014.

Tabela 04 - Quantidade de projetos de extensão desenvolvidos pelo IF Goiano por Câmpus - Exercícios 2012 a 2014

Câmpus	Quant. Projetos de Extensão				
	2012	2013	2014	$\Delta\%$ 2013/2012	$\Delta\%$ 2014/2013
Ceres	7	15	30	114	100
Iporá	1	5	5	400	0
Morrinhos	4	5	20	25	300
Rio Verde	40	53	26	32	-51
Urutaí	16	17	24	6	41
Geral	68	95	105	40	11

Fonte de dados: IF Goiano

Em termos gerais, a quantidade de projetos cresceu 40% de 2012 para 2013, enquanto que o crescimento de 2013 para 2014 foi de 11%. O maior incremento absoluto em 2013 é do campus de Rio Verde com 13 projetos a mais. O mesmo campus foi o único a reduzir a quantidade de projetos entre os exercícios de 2013 e 2014, de 53 para 26, influenciando para um menor crescimento no número de projetos em 2014 em relação ao aumento obtido em 2013. De qualquer forma, não deixou de haver aumento na quantidade de projetos em 2014, passando de 95 para 105.

4.2. Os alunos participam dos projetos de extensão?

Especialmente, nos campi de Iporá, Morrinhos e Rio Verde, foram analisados 2 projetos de extensão finalizados em 2014 de cada campus, e se verificou a relação nominal da participação de alunos tanto nos projetos quanto nos seus relatórios finais.

4.3. Populações e comunidades em situação de risco participam dos projetos de extensão?

Em que pese não haver sistemática de acompanhamento dos indicadores da meta 15 – Projetos de Ação Social do TAM, de 2012 a 2014, de acordo com os dados fornecidos pelo próprio IF Goiano, houve incremento modesto, no geral, na quantidade de projetos de extensão envolvendo populações e comunidades em situação de risco. A Tabela 05 seguinte apresenta a quantidade de projetos nessa situação, de 2012 a 2014.

Tabela 05 - Quantidade de projetos de extensão com atendimento a populações e comunidades em situações de risco* nos exercícios de 2012 a 2014

Câmpus	Quant. Projetos de Extensão com atendimento a popul./comunidade em situação de risco				
	2012	2013	2014	$\Delta\%$ 2013/2012	$\Delta\%$ 2014/2013
Ceres	4	2	3	-50	50
Iporá	0	0	0	0	0
Morrinhos	1	0	2	-100	100**
Rio Verde	9	13	11	44	-15
Urutaí	9	9	11	0	22
Geral	23	24	27	4	12



* “Entende-se por população/comunidade em situação de risco aquela que se encontra em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, tais como: violência física, psicológica, negligência, abandono, violência sexual (abuso e exploração), situação de rua, trabalho infantil, práticas de ato infracional, fragilização ou rompimento de vínculos, afastamento do convívio familiar, dentre outras. Alguns grupos são particularmente vulneráveis à vivência destas situações, tais como crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, populações LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), mulheres e suas famílias.”

**Considerou-se para a aferição do percentual a base de 2012 devido a 2013 ter zerado a quantidade de projetos.

3. Conclusão

Verificou-se, por meio do presente trabalho, que o macroprocesso finalístico apresenta normativos que contribuem para o alcance da missão da unidade. Por outro lado, verificou-se que o seguinte aspecto que constitui obstáculo para o atingimento da sua missão: **“As metas 3 - Alunos matriculados em relação à força de trabalho, 14 - Pesquisa e Inovação, e 15 - Projetos de Ação Social, acordadas no Termo “Acordo de Metas e Compromissos” (TAM), não são monitoradas e avaliadas sistematicamente pelo IF Goiano.”**

Os achados de auditoria e recomendações referentes a este trabalho foram migrados para a OS nº 201503684 e serão acompanhados por meio do Plano de Providências Permanente - PPP do IF Goiano.

Goiânia/GO, 14 de setembro de 2015.

Relatório supervisionado e aprovado por:



Ordem de Serviço nº numOs

1 GESTÃO OPERACIONAL

1.1 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

1.1.1 EFETIVIDADE DOS RESULTADOS OPERACIONAIS

1.1.1.1 CONSTATAÇÃO

As metas 3 - Alunos matriculados em relação à força de trabalho, 14 - Pesquisa e Inovação, e 15 - Projetos de Ação Social, acordadas no Termo - Acordo de Metas e Compromissos (TAM), não são monitoradas e avaliadas sistematicamente pelo IF Goiano.

Fato

O Termo “Acordo de Metas e Compromissos” (TAM) foi celebrado entre o Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – IF Goiano em 03/08/2010, com vigência de 12 anos contados desta data, para fins de estruturação, organização e atuação dos Institutos Federais, em consonância com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

O montante de recursos para execução do TAM é de R\$ 15.800.000,00 (quinze milhões e oitocentos mil reais) para investimento e de R\$ 9.849.168,00 (nove milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, cento e sessenta e oito reais) para demais despesas de pessoal e encargos sociais.

O TAM é o único documento que se articula organicamente com a Lei de Reorganização da Rede Federal (Lei nº 11.892/2008) e contém 19 metas de curto (2013) e médio (2016) prazos, com validade estendida até 2022.

Ao considerar que a partir de 2013 as instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) devem fornecer informações sobre o resultado das metas alcançadas, foram selecionadas três delas para compor o escopo deste trabalho:

- Meta 3. Alunos matriculados em relação à força de trabalho

Alcance da relação de 20 alunos regularmente matriculados nos cursos presenciais por professor considerando-se, para efeito deste Termo de Acordo de Metas e Compromissos, os alunos dos cursos técnicos de nível médio (integrado, concomitante e subsequente), PROEJA, cursos de graduação (CST, licenciatura,



bacharelado), de pós-graduação (lato sensu e stricto sensu) e de Formação Inicial e Continuada, em relação a todo quadro de professores ativos na Instituição.

Para o cálculo desta relação, cada professor DE ou de 40 horas será contado como 01(um) professor e cada professor de 20 horas será contado como meio;

O número de alunos dos cursos de Formação Inicial e Continuada será corrigido pela multiplicação da carga horária semestral do curso, dividido por 400 horas.

- Meta 14. Pesquisa e Inovação

Apresentação e desenvolvimento de, em média, pelo menos um projeto de pesquisa, inovação e/ou desenvolvimento tecnológico por Câmpus, que reúna, preferencialmente professores e alunos de diferentes níveis de formação, em todos os Câmpus, até o início de 2011, e ampliação em pelo menos 10% ao ano dessas atividades, em parceria com instituições públicas ou privadas que tenham interface de aplicação com interesse social.

- Meta 15. Projetos de Ação Social

Apresentação e desenvolvimento de projetos de ação social, em média, de um em cada Câmpus, até o início de 2011; e ampliação dessas atividades em pelo menos 10% ao ano, pela implementação de projetos de ações inclusivas e de tecnologias sociais, preferencialmente, para populações e comunidades em situação de risco, atendendo às áreas temáticas da extensão.

Apesar desse Acordo firmado entre o Ministério e as instituições da RFEPCT, verificou-se não haver sistemática de acompanhamento dessas 3 metas do TAM por parte do IF Goiano. A seguir são demonstrados os questionamentos da equipe, mediante a SA nº 201411548/02, de 30/10/2014, com as respostas da Entidade sobre o TAM:

1) Disponibilizar a cópia digitalizada do Termo “Acordo de Metas e Compromissos” – TAM firmado entre esse IF Goiano e o MEC.

Resposta do IF Goiano: *“Não há cópia original do TAM nos arquivos do IF Goiano, portanto solicitamos documento original à SETEC/MEC.”*

2) Preencher as planilhas TAM e TCU, cujos modelos já foram encaminhados ao IF Goiano. As informações e as variáveis das planilhas devem corresponder ao 2º semestre de 2014.

Resposta do IF Goiano: *“O sistema SISTEC não produz relatórios consolidados com as informações necessárias para preenchimento das planilhas TAM e TCU, portanto solicitamos que os dados fossem disponibilizados pelos pesquisadores institucionais lotados nos câmpus. Entretanto, os pesquisadores institucionais alegaram que a quantidade e detalhamento dos dados inviabilizam sua disponibilização no prazo solicitado pela CGU (03/11/2014), solicitando prorrogação do prazo para 07/11/2014.”*

3) Apresentar o fluxograma de execução do TAM no IF Goiano no que concerne às metas do ensino, da pesquisa e da extensão.

Resposta do IF Goiano: *“Não há fluxograma definido para execução do TAM no IF Goiano.”*

4) Listar os indicadores do TAM, com as fontes primárias e secundárias, referentes ao ensino, pesquisas e extensão elaborado no 1º semestre de 2014.

Resposta do IF Goiano: *“O IF Goiano não realiza acompanhamento dos indicadores do TAM”.*

Quanto ao primeiro questionamento, informa-se que foi entregue a cópia do TAM à equipe apenas no dia 23/04/2015, mediante reiteração por meio da SA nº 201411548/15, datada de 08/04/2015. De todo modo, verificou-se que o documento TAM assinado não estava de posse do IF Goiano, sendo necessário o encaminhamento dele pela própria SETEC.

Já a resposta da segunda pergunta, atualiza-se que as planilhas TAM e TCU nos foram entregues, no dia 07/11/2014, devidamente preenchidas de modo, inclusive, a serem utilizadas como fonte de dados e de critério amostral neste relatório. Na terceira e na quarta resposta a entidade afirma que não há rotina operacional para acompanhar as três metas do TAM por meio de indicadores.

Além dessas respostas fornecidas pelo IF Goiano, buscaram-se evidências do cumprimento das metas. Entrevistaram-se os pró-reitores de ensino, pesquisas e extensão e respectivos diretores dessas três áreas nos campi de Morrinhos, Iporá e Rio Verde. Nas entrevistas, quando o tema se referiu às metas, não obtivemos evidências de que estas vinham sendo monitoradas e executadas sistematicamente.

No aspecto de análise documental, comprovamos que o relatório de gestão de 2013 e de 2014 e os editais de pesquisa e de extensão não apresentam informações que levem ao cumprimento e realização das metas do TAM.

Nos citados relatórios de gestão não constam os indicadores e os resultados das metas do TAM. O TAM é um acordo institucional entre o MEC e o IF Goiano e abrange os resultados das atividades docentes, desse modo o relatório de gestão seria o meio de divulgação deles.

Nos editais de pesquisa não constam cláusulas e comandos que incentivem “*parceria com instituições públicas ou privadas que tenham interface de aplicação com interesse social.*” de acordo com previsão da meta 14. O mesmo ocorre nos editais de extensão com relação à “*... implementação de projetos de ações inclusivas e de tecnologias sociais, preferencialmente, para populações e comunidades em situação de risco*”. Os editais, ao abrangerem esses comandos previstos nas metas 14 e 15 do TAM, orientariam e incentivariam os novos projetos de pesquisa e de extensão para atingimento delas.

Entretanto, o IF Goiano informou o quantitativo de projetos de pesquisa e extensão com essas duas vertentes sociais em face de nossa solicitação, conforme se observa nas tabelas 1 e 2 a seguir:

Tabela 01- Quantidade de projetos de pesquisa e inovação em parceria com instituições públicas e privadas que tenham interface com o interesse social

Campus	Quant. Projetos de Pesquisa		
	2012	2013	2014
Ceres	03	02	04
Iporá	01	09	02
Morrinhos	01	06	11
Rio Verde	72	95	116
Urutaí	03	02	03
Total	80	114	136

Fonte: IF Goiano

Tabela 02 - Quantidade de projetos de extensão com atendimento a populações e comunidades em situações de risco

Câmpus	Quant. Projetos de Extensão com atendimento a popul./comunidade em situação de risco		
	2012	2013	2014
Ceres	4	2	3
Iporá	0	0	0



Morrinhos	1	0	2
Rio Verde	9	13	11
Urutaí	9	9	11
Geral	23	24	27

Fonte: IF Goiano

Portanto, mediante as informações obtidas e a análise realizada, conclui-se que o IF Goiano, quanto às metas 3, 14 e 15 do TAM, não as avalia sistematicamente de modo a divulgar seus resultados em relatórios, e não incentiva a elaboração de novos projetos de pesquisa e extensão com as duas vertentes sociais propostas no Acordo por meio de seus editais, embora tenha apresentado o quantitativo de projetos com esses dois focos (Tabelas 1 e 2).

Causa

As Pró-Reitorias de Ensino, de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Pesquisa, e de Extensão do IF Goiano não estabeleceram mecanismos de monitoramento que propiciem o acompanhamento, respectivamente, das metas 3, 14 e 15 nos campi, quando do início do TAM.

Manifestação da Unidade Examinada

“A Pró-Reitoria de Ensino, por meio do Memorando nº 055/2015/PROEN/IF GOIANO de 11/05/2015, apresentou considerações acerca das dificuldades de cumprimento da meta 3 que estabelece relação de 20 (vinte) alunos matriculados por docente efetivo de 40 horas. Dentre os principais motivos apresentados, destacamos:

- oferta de cursos técnicos na modalidade integrada, nos quais os alunos estudam dois períodos e demandam maior carga horária dos docentes em sala de aula, entretanto, cada aluno conta somente como uma matrícula, mesmo estando cursando dois cursos (nível médio + curso técnico);

- obrigatoriedade de disponibilizar 20% das vagas para cursos superiores de licenciatura, que apresentam altíssimos níveis de evasão; e

- altos níveis de evasão em outras modalidades de cursos ofertados, pois a redução da evasão aumentaria o número de alunos matriculados (numerador do cálculo do índice AFT) e consequentemente, elevaria o índice AFT a um valor igual ou maior que 20.

Em seguida, a Pró-Reitoria de Ensino informou que o Colégio de Dirigentes do IF Goiano passou a utilizar a relação professor/aluno (índice AFT) como critério para descentralização de códigos de vagas de docente, objetivando reduzir a disparidade do AFT entre suas unidades.

Por fim, a Pró-Reitoria de Ensino informou que uma das metas do PDI 2014-2018 do IF Goiano utiliza o índice AFT como indicador e que, portanto, a meta 3 “Alunos matriculados em relação à força de trabalho” passou a ser acompanhada formalmente após a aprovação do PDI 2014-2018 do IF Goiano.

A Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, por meio do Memorando nº 115/2015/PROPPI/Reitoria/IF Goiano de 11/05/2015, destaca que a aprovação de regulamentos de pesquisa e a utilização de editais para selecionar os projetos de



pesquisa e respectivos bolsistas contribuíram bastante para o desenvolvimento da pesquisa no âmbito do IF Goiano, o que pode ser demonstrado pela quantidade de programas de pós-graduação *stricto sensu* aprovados nos últimos anos e a frequente posição de destaque nacional na aprovação de projetos com financiamento de agências de fomento a pesquisa (CNPQ, CAPES, FAPEG).

Em seguida, a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação reconheceu a necessidade de aprimorar o acompanhamento da meta 14-Pesquisa e Inovação e informou que o Regulamento do Programa Institucional de apoio aos projetos de Pesquisa em Educação do IF Goiano (PAPED), aprovado pela Resolução do Conselho Superior nº 021/2015 de 05 de março de 2015, já contém dispositivo (Art. 8º) que prevê possibilidade de envolvimento de alunos de diversos níveis nas pesquisas, portanto, a partir da publicação do primeiro edital do PAPED tornar-se-á mais eficiente o acompanhamento dos projetos de pesquisa que atendam a meta 14-Pesquisa e Inovação.

A Pró-Reitoria de Extensão, por meio do Memorando nº 032/2015/PROEX/IF GOIANO de 12/05/2015, informou que está concluindo o processo de revisão do Regulamento de Ações de Extensão do IF Goiano, que será submetido à aprovação na próxima reunião do Conselho Superior do IF Goiano, agendada para junho/2015.

Em seguida, a Pró-Reitoria de Extensão ressaltou que, apesar de ter desenvolvido diversas ações de extensão nos anos anteriores, a ausência de cadastro e formalização de projetos de extensão neste período prejudica o monitoramento e a contabilização das metas já alcançadas.

Por fim, a Pró-Reitoria de Extensão se responsabilizou em levar a conhecimento dos câmpus as metas do TAM, bem como, debater sua aplicabilidade.

Análise do Controle Interno

O IF Goiano apresentou as explicações, por meio das suas três Pró-Reitorias ligadas ao Ensino, Pesquisa e Extensão, quanto ao não monitoramento sistemático das metas 3, 14 e 15 acordadas com a SETEC/MEC no “Acordo de Metas e Compromissos” (TAM). A seguir demonstra-se uma síntese das explicações para cada meta e as ponderações da equipe sobre as explicações de modo geral.

- 1) Quanto às explicações do não monitoramento e avaliação sistemáticos da meta 3 do TAM

Na primeira parte as explicações se concentraram em justificar o não cumprimento da meta e na segunda há informação de que a meta já se incluiu no PDI 2014-2018 do IF Goiano.

- 2) Quanto às explicações do não monitoramento e avaliação sistemáticos da meta 14 do TAM

A Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação informa que já normatizou a participação de alunos de diferentes níveis nos projetos de pesquisas.

- 3) Quanto às explicações do não monitoramento e avaliação sistemáticos da meta 15 do TAM



A Pró-Reitoria de Extensão informa que está realizando mudanças nos normativos internos. Apresenta os motivos de não monitorar a Meta 15 e que se responsabiliza a discutir o tema junto aos campi.

Observa-se que a base normativa e institucional estão coerentes com os objetivos das metas 3 e 14. Enquanto que, para a meta 15, ainda não há formalidade institucional que promova o alcance dessa meta, embora a Pró-Reitoria de Extensão esteja tomando medidas para isso.

Não obstante essas medidas normativas, não foram evidenciados pela equipe o monitoramento e a avaliação sistemáticos das metas 3, 14 e 15. As explicações apresentadas também corroboram essa situação ao demonstrarem ações normativas e não de gerenciamento sistematizado das metas com avaliação dos seus indicadores.

Portanto, o sistema de metas e indicadores traz aos gestores um modelo gerencial de acompanhamento de metas, de forma a facilitar as estratégias de gestão e a avaliação dos resultados alcançados. A ferramenta dinamiza a visualização da informação e permite ao gestor acompanhar o desempenho e avaliar necessidades. Desse modo, o gestor, ao assumir o compromisso com metas e objetivos, deve alinhar os esforços para atingí-las, estabelecendo mecanismos de monitoramento contínuo de modo a contribuir para a gestão pública e melhorar a prestação de serviços à sociedade.

Recomendações:

Recomendação 1: Instituir mecanismos de monitoramento e de aferição do cumprimento das metas 3, 14 e 15 do TAM, inclusive quanto à participação de alunos em pesquisa e ao atendimento a populações e comunidades em situação de risco no caso das atividades de extensão.

